

TCE EM PAUTA

ANO XIII - Nº73

NATAL/RN

MAIO/JUNHO DE 2009



TCE realiza treinamento sobre o "Compra Legal"

Pág. 4 e 5

CONSELHEIRO TARCÍSIO COSTA, O FUNDADOR DA ESCOLA DE CONTAS

PÁGINA 2

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TCE É MODELO PARA OUTRAS INSTITUIÇÕES

PÁGINA 7

Reconhecimento



A presidente do TCE, conselheira Adélia Sales, homenageou o criador da Escola de Contas, conselheiro Tarcísio Costa, com uma placa alusiva aos cinco anos de fundação da Escola Professor Severino Lopes de Oliveira, implantada durante sua gestão no biênio (2003/2004), período que exerceu a presidência da Corte de Contas do Estado. A homenagem informal ocorreu no gabinete da presidência com a presença do conselheiro Valério Mesquita, auditor Cláudio Emerenciano e do consultor geral do TCE, advogado Cláudio Marinho.

CURTAS

Escolas do Ensino Legislativo fundam Associação no Estado

A criação da Associação Norte-riograndense das Escolas do Legislativo e de Contas - ANELC-RN reuniu na Assembleia Legislativa diretores das Escolas Legislativas do Estado. Sob a coordenação do diretor executivo do Instituto do Legislativo Potiguar-ILP, professor Mizaél Barreto, foi realizada uma assembleia-geral, quando houve a aprovação do Estatuto da nova entidade, e a eleição da primeira diretoria. A Associação tem por finalidade articular ações que visem o fortalecimento do Sistema de Ensino Legislativo estadual, e para tanto contará com o apoio e orientação da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo - ABEL.

A assembleia elegeu a seguinte Diretoria Presidente - Mizaél Barreto, diretor executivo

do ILP, integrante da Assembleia Legislativa do RN; Vice-presidente - Marlúcia Saldanha, diretora da Escola de Contas, integrante do Tribunal de Contas do Estado; Secretária - Kátia Carvalho de Lima, diretora da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Parnamirim; Tesoureiro - Armando Viana Junior, diretor da Escola do Legislativo Miguel Arraes, integrante da Câmara Municipal de Natal.

Na mesma reunião foram escolhidos os nomes que comporão o Conselho Fiscal: Presidente - José Aldemir Rodrigues, coordenador administrativo do ILP; membros - de Fátima Xavier Viana (Escola do Legislativo Miguel Arraes) e Maria Albanizia da Silva Carvalho (Escola de Contas).

O professor Mizaél Barreto registrou o caráter pioneiro da iniciativa, destacando ser esta "a primeira Associação do gênero fundada no

país, o que nos dá uma grande responsabilidade. A ANELC-RN representa uma convergência de forças que será fundamental para o trabalho das escolas legislativas já existentes no Rio Grande do Norte, e abre importante expectativa para que outras escolas se instalem nas diversas câmaras municipais do nosso Estado".

Ouidoria do TCU

As manifestações dos cidadãos encaminhadas à Ouvidoria contribuíram significativamente para a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU). A partir das comunicações de irregularidades apresentadas, o TCU realizou fiscalizações que geraram aos cofres públicos uma economia de R\$ 72,8 milhões. Além disso, o tribunal determinou o recolhimento de R\$ 1,6 milhão em débitos e multas aplicadas a gestores.

TCE/RN em Pauta

Informativo do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte

Conselheiros

Presidente:

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

Vice-Presidente:

Valério Alfredo Mesquita

Presidente da 1ª Câmara:

Paulo Roberto Chaves Alves

Presidente da 2ª Câmara:

Tarcísio Costa

Corregedor Geral:

Alcimar Torquato de Almeida

Renato Costa Dias

Getúlio Alves da Nóbrega

Auditores:

Marco Antônio de M. R. Montenegro

Cláudio José F. Emerenciano

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE (MPJTCE)

Procuradora Geral: Luciana Ribeiro Campos

Secretário Geral:

Carlos de Menezes Lira

Consultor Geral:

Cláudio Dantas Marinho

Chefe de Gabinete da Presidência:

Laércio Segundo de Oliveira

Coordenador de Comunicação Social:

João Batista Machado

Editores:

Eugênio Parcelle

Francisco Francerle

Repórteres:

Graciêma da Costa Carneiro

Rosalie Arruda Câmara

Revisão

Fátima Moraes

Projeto Gráfico e Diagramação

Terceirize (84) 3211-5075

Fotos

Jorge Filho

Impressão

Solução Gráfica - 3613-0616

Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis-Natal/RN
CEP 59.012-360 - 3215-1922
SITE: www.tce.rn.gov.br
E-mail: tce-ccs@rn.gov.br



Em julgamento histórico, Primeira Câmara decide pela suspensão de contrato entre a Prefeitura de Natal e a empresa TCI-BPO S/A

Primeira Câmara de Contas decide pela suspensão de contrato da Prefeitura de Natal

A Primeira Câmara de Contas suspendeu o contrato nº 038/2009, celebrado entre a Prefeitura de Natal e a empresa TCI - BPO S/A, no valor de R\$ 2.456.714,00, cujo objetivo era a prestação de serviços de gestão de estoques e informações, através de solução tecnológica de controle logístico via web, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Natal. O pedido cautelar do procurador do MPJTCE, Carlos Thompson Fernandes, foi acatado, em sessão extraordinária da Primeira Câmara do Tribunal de Contas.

Presidida pelo conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves e composta pelos conselheiros Alcimar Torquato de Almeida e Valério Mesquita, este último relator do processo, a sessão foi aberta com a leitura do relatório, seguida pela apresentação do Procurador, Carlos Thompson, apresentando os argumentos desfavoráveis ao contrato, e o procurador-geral da Prefeitura

Municipal de Natal, Bruno Macedo, com os argumentos de defesa da continuação do contrato. No final, os conselheiros votaram decidindo pela suspensão do contrato e dos pagamentos dele decorrentes, fixando uma multa diária de R\$ 1.000,00 para o descumprimento da determinação, além da citação das pessoas responsáveis pelo procedimento.

"Foi uma vitória da sociedade natalense", relatou Carlos Thompson, ao final da sessão, lembrando que o contrato apresenta uma série de irregularidades no processo de licitação, como a apresentação de certidões com prazos vencidos, a ausência de certificações que comprovassem a qualificação da empresa e a não observação de princípios como o de economicidade. O Procurador da Prefeitura de Natal, Bruno Macedo, a princípio, informou que o Município vai acatar a decisão do TCE, mas iria conversar com a prefeita Micarla de Souza. A prefeita acatou a sugestão do Procurador.



Conselheiro Valério Mesquita, relator do processo



Procurador do MPJTCE, Carlos Thompson, autor do pedido cautelar



Procurador da Prefeitura de Natal, Bruno Macedo

Encontro orienta gestores sobre a correta aplicação dos recursos



Escola de Contas orienta gestores públicos em Pau dos Ferros

"Os temas que estamos tratando não são de interesse apenas da administração pública, mas de todos cidadãos, na busca de uma gestão mais eficiente, responsável e transparente. Trata-se, portanto, de uma ação educativa e preventiva do TCE". Com estas palavras, a presidente do Tribunal de Contas, conselheira Maria Adélia Sales, deu início ao 3º Encontro com Gestores Públicos Municipais, no auditório do Imirá Plaza Hotel, com a participação de prefeitos ou representantes de 68 municípios das regiões Metropolitana de Natal, Agreste e Litorânea. Além da presidente, compareceram o presidente da Federação dos Municípios do RN, Benes Leocádio; a prefeita de Natal, Micarla de Souza; a controladora geral do município de Natal, Regina Mota e a diretora da Escola de Contas, professora Marlúcia Saldanha.

A iniciativa tem como objetivo estreitar o relacionamento com os jurisdicionados, orientando e tirando dúvidas, visando o aprimoramento e qualificação da gestão municipal. Neste sentido, estão sendo apresentados temas referentes ao portal do TCE/RN, o programa Compra Legal; gestão fiscal responsável; gestão de pessoal; controle interno; licitação, contrato e convênio e a nova estrutura do SIAI 2009. Todas as palestras são ministradas pelos técnicos da Corte de Contas. Foram realizados encontros em Pau dos Ferros e em Mossoró, abrangendo as regiões oeste e alto oeste. O último encontro foi nos dias 09 e 10 do mês de junho, concentrando gestores das regiões Seridó e Trairi, totalizando 39 municípios. O treinamento realizou-se na sede da Associação dos Municípios do Seridó (AMSO), em Currais Novos.

O encontro em Natal abrangeu os municípios de Arês, Baía Formosa, Bento Fernandes, Boa Saúde, Bom Jesus, Brejinho, Caiçara do Norte, Caiçara do Rio dos

Ventos, Canguaretama, Ceará-Mirim, Espírito Santo, Extremoz, Galinhos, Goianinha, Ielmo Marinho, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, Jundiá, Lagoa D'anta, Lagoa de Pedras, Lagoa de Velhos, Lagoa Salgada, Lajes, Macaíba, Maxaranguape, Montanhas, Monte Alegre, Monte das Gameleiras, Nísia Floresta, Nova Cruz, Parazinho, Parnamirim, Passa e Fica, Passagem e Pedra Grande, Pedra Preta, Pedro Avelino, Pedro Velho, Poço Branco, Pureza, Riachuelo, Rio do Fogo, Rui Barbosa, Santo Antonio, Santa Maria, São Bento do Norte, São Gonçalo do Amarante, São José de Campestre, São José de Mipibu, São Miguel do Gostoso, São Paulo do Potengi, São Pedro, Senador Elói de Souza, Senador Georgino Avelino, Serra Caiada, Serra de São Bento, Serrinha, Sitio Novo, Taipu, Tangará, Tibau do Sul, Touros, Várzea, Vera Cruz e Vila Flor.

Para o presidente da FEMURN, Benes Leocádio, os encontros realizados pelo TCE revestem-se de muita importância, pois buscam orientar e fortalecer a gestão municipal. "Houve uma renovação em torno de 60% dos gestores. Muitos prefeitos estão aqui pela primeira vez", ressaltou, lembrando que "é uma oportunidade para os gestores que querem acertar na boa aplicação dos recursos públicos, pois adquirem conhecimentos para uma melhor prestação do serviço ou administração". Na opinião do representante da Escola Legislativa da Câmara Municipal de Natal, Carlos Falcão, "é preciso repassar estas informações para os gestores, pois termina por influenciar na qualidade de vida dos cidadãos. Silvío Basílio, contador do município de Barcelona, acha que o treinamento esclarece sobre a legislação e as sanções aplicáveis nos casos de irregularidades. "Todos os gestores deveriam participar", defendeu.

Escola de Contas "Professor Severino Lopes de Oliveira"

SEMINÁRIO PROGRAMA COMPRA LEGAL E O SIAI/2009

REALIZAÇÃO:

Data: 25.06.2009 (quinta-feira) **Abertura:** às 8h30min. **Encerramento:** às 17 horas **Local:** Imirá Plaza Hotel, Av. Dinarte Mariz nº 4077 Via Costeira, Natal/RN

CONTEÚDO PROGRAMADO

8h30m - Abertura

09h - O Portal do TCE/RN e O Programa Compra Legal.
(Paulo Roberto Oliveira de Melo - Diretor da DIN - TCE/RN)

10h15m - Intervalo

10h30min - O Portal do TCE/RN e O Programa Compra Legal (Continuação)
(Paulo Roberto Oliveira de Melo - Diretor da DIN - TCE/RN)

12h - Intervalo para almoço

14h - Resolução nº 012/2007 - TCE/RN: Principais alterações e abordagem acerca da correta aplicação da norma.

- SIAI 2009: Inovações concernentes aos anexos do TCE/RN
(Francisco Nascimento de Sousa - Inspetor de Controle Externo)

17h - Encerramento

PÚBLICO-ALVO

Servidores técnico-administrativos - com atuação na área financeira e de controle interno -, representantes dos órgãos e entidades dos Poderes Públicos Estaduais - Executivo, Legislativo e Judiciário - compreendendo a administração direta e indireta, inclusive os fundos especiais e unidades administrativas, os quais, vinculados à respectiva Pasta de Governo, gozam de autonomia gerencial para receber e aplicar recursos públicos.

Relação dos cursos de capacitação a serem realizados pela Escola de Contas durante o período de julho a dezembro de 2009

- | | |
|---|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Licitações, Contratos e Convênios 2. Licitações, Contratos Administrativos e Fiscalização de Obras Públicas 3. Gestão de Pessoal 4. Pregão 5. Orçamento Público 6. Sistema de Registro de Preços; 7. Execução da Despesa Pública; 8. Suprimento de Fundos 9. Lei de Responsabilidade Fiscal 10. Controle Interno 11. Instrução Processual 12. Sistema Integrado de Auditoria Informatizada (SIAI) | <ol style="list-style-type: none"> 13. Capacitação dos Conselhos Municipais 14. Graduação Tecnológica em Gestão Pública para 40 (quarenta) Servidores. 15. Pós-graduação para 10 servidores, em áreas de interesses do TCE/RN, no sistema de compra de vagas, conforme ofertas do mercado local. 16. Cursos integrados com órgãos afins (Tribunal de Justiça, Ministério Público, Governo do Estado, Assembléia Legislativa) para 500 participantes |
|---|---|



Tribunal realizou curso sobre "Compra Legal" no auditório da Corte de Contas

TCE orienta técnicos sobre o "Compra Legal"

A partir de 1º de julho, todas as empresas que fornecem produtos e serviços ao governo do Estado, terão que se adaptar ao decreto nº 21.033, de 20 de fevereiro de 2009, que institui o Programa Compra Legal, destinado a controlar a legalidade das despesas públicas relativas à aquisição de mercadorias e à tomada de serviços, sujeitos à incidência do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias).

A informação é de Paulo Roberto Oliveira de Melo, diretor de informática do Tribunal de Contas do Estado, que realizou uma capacitação para contadores e representantes de órgãos do estado e dos municípios do Rio Grande do Norte, promovido pela Escola de Contas. O decreto, assinado pela governadora Wilma de Faria, surgiu da necessidade de dar mais transparência às compras efetuadas pelo governo, assim como combater a sonegação e a evasão fiscais, com a garantia da utilização de documentos fiscais indôneos.

"Desde 2004, o TCE desenvolve uma parceria com a Secretaria de Tributação, inicialmente destinada ao combate a notas fiscais frias. Com o tempo, surgiram novas possibilidades, como o aumento da arrecadação do estado e municípios", relatou, explicando que a partir da vigência do decreto, toda compra governamental terá que requisitar, via Internet, um número autenticador que garantirá a regularidade da nota fiscal e a legalidade da empresa.

O modelo vai gerar mudanças nas empresas e também nos órgãos governamentais, que terão que se adaptar às novas regras de compra e pagamento da mercadoria ou serviço. Segundo Paulo, o processo levará apenas alguns segundos, e consiste na transmi-



Diretor de Informática, Paulo Oliveira, expõe "Compra Legal"

ssão de dados, tais como o CNPJ, número e série da nota fiscal, valor e data da compra para verificação na Secretaria de Tributação (www.set.rn.gov.br), que emite o Denfop, documento que assegura a regularidade da compra ou serviço e emite um número em código, que deverá ser utilizado pelas prefeituras nas suas prestações de contas perante o TCE.

O diretor de informática explicou ainda que o decreto não se aplica nas seguintes operações ou prestações: com valor igual ou inferior a R\$ 300,00; relativas à energia elétrica ou a serviços de telecomunicações; realizadas por produtor rural não equiparado a comerciante ou industrial ou acobertadas por nota Fiscal Eletrônica no padrão nacional.

Participaram da capacitação 102 pessoas, dentre eles contadores de órgãos do estado ou dos municípios, como Katiúscia Braga, que trabalha num escritório de contabilidade que atende os municípios de Sito Novo, Itajá, Lajes Pintada e Taipu. "Estes encontros presenciais ajudam muito, enriquecem o nosso trabalho", disse. Para Edilson França, técnico de controle interno da controladoria do município de Natal, o encontro é significativo, pelo fato da legislação ser muito mutável. "Temos que estar sempre atualizados", ressaltou, defendendo que este tipo de capacitação seja estendida também às empresas fornecedoras de produtos e serviços ao Governo.



Uma rede para
combater a

CORRUPÇÃO

MARCCO promove encontro sobre corrupção

Fortalecer a Rede de Controle da Gestão Pública para o combate à corrupção foi o objetivo do encontro realizado no auditório do Instituto Federal de Educação, Cultura e Ensino do RN, no dia 01/06, reunindo os órgãos e entidades públicas integrantes do Movimento Articulado de Combate à Corrupção (Marcco). O encontro, que abriu a 5ª Semana da Cidadania de Natal, teve um momento marcante, quando todas as instituições participantes da Rede assinaram protocolo de intenções com o Marcco.

A secretária-executiva do Marcco, promotora Juliana Limeira, o chefe da Controladoria-Geral da União no Rio Grande do Norte, Moacir Rodrigues de Oliveira, a prefeita de Natal, Micarla Araújo de Souza, a governadora do Rio Grande do Norte, Wilma Maria de Faria, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Aroldo Cedraz, e An-

tônio Jordão da Silva Júnior, do Programa Nacional de Educação Fiscal da Receita Federal participaram do encontro, que teve o apoio do Tribunal de Contas do Estado.

Além da assinatura do protocolo, os órgãos que formam a rede de controle realizaram ações durante a semana da cidadania, que se estendeu até o dia 5 de junho.

Atuando no controle da Gestão Pública, as instituições representadas no fórum assinaram termo de cooperação para integrar a rede nacional. No final de março deste ano, instituições do Executivo, Legislativo e Judiciário assinaram protocolo de intenções para formar a Rede de Controle da Gestão Pública, organizada a partir de parcerias estratégicas para combater desvios de dinheiro e corrupção. Os parceiros trabalharão de forma coordenada para definir diretrizes comuns e ações conjuntas.

Ex-prefeito de Montanhas deverá restituir R\$ 277 mil

O Tribunal de Contas do Estado, através da Primeira Câmara de Contas, votou pela condenação do ex-prefeito de Montanhas, José Balduino Bispo. O principal motivo foi a ausência de prestação de contas no balancete de maio de 2000. O ex-gestor deverá restituir aos cofres públicos um montante de R\$ 277.932,41 devidamente atualizados. Ele ainda foi multado em R\$ 500,00 por não atender à diligência solicitada pela corte de Contas. O processo teve como relator o conselheiro Alcimar Torquato de Almeida.

POÇO BRANCO R\$ 149 MIL

Outra devolução determinada pelo TCE foi ao ex-prefeito de Poço Branco, João Maria de Góis, que por não comprovar os gastos dos recursos públicos foi condenado a ressarcir o valor de R\$ 149.950,87. Além disso, o ex-gestor foi multado em R\$ 1.810,87. O processo ainda será encaminhado ao Ministério Público Estadual para apuração de crime contra a Administração Pública. O processo teve como relator o conselheiro Valério Mesquita.

SANTO ANTONIO R\$ 93 MIL

A 1ª Câmara de Contas do TCE rejeitou parte das contas referentes a 2002 do ex-prefeito de Santo Antonio, Luiz Carlos Vidal Barbosa e determinou a restituição ao erário da importância de R\$ 93.327,74. O valor teria sido aplicado na compra de bens que não foram comprovados. O principal valor se refere à aquisição de gêneros alimentícios na empresa Potiguar Atacadista Ltda. Verificou-se que o valor constante no empenho foi de R\$ 1.526,00, entre-

tanto, a nota fiscal foi emitida no valor de R\$ 62.436,00, ficando sem comprovação R\$ 60.910,00.

Ainda consta a despesa de R\$ 15.863,00 que teria sido aplicada na aquisição de cestas básicas sem identificação dos beneficiários. O ex-gestor foi multado em 25% sobre o referido débito, com reprimenda às aludidas irregularidades materiais.

BAÍA FORMOSA R\$ 38 MIL

A ex-prefeita de Baía Formosa, Ivana Câmara da Costa foi condenada a devolver R\$ 38.257,76 por irregularidades na prestação de contas, com relação à devolução de 18 cheques, ausência de licitação e pagamento de prestação de serviço sem contrato. O processo foi relatado pelo conselheiro Alcimar Torquato.

EQUADOR R\$ 20 MIL

O ex-prefeito de Equador, Vanildo Fernandes Bezerra deverá restituir R\$ 20.982,42, referente à ausência de processo licitatório e fracionamento de despesas.



Técnicos do TCM/RJ conhecem Planejamento Estratégico do TCE-RN

Ações previstas para este ano:

- Elaboração de cartilhas de orientação aos gestores públicos
- Produção de versão simplificada sobre o Relatório das Contas do Governo do Estado
- Material informativo sobre o TCE-RN
- Implementação do projeto "TCE na Universidade"
- Cursos e treinamentos para os jurisdicionados
- Regulamentação da atividade da ouvidoria (conforme art. 2º da Res. nº 06/2008)
- Aprovação do Manual de Procedimentos Internos da Ouvidoria
- Revisão do sistema informatizado da Ouvidoria
- Projeto pedagógico da Escola de Contas para atender o público externo e interno
- Diagnóstico das demandas de ações educativas e orientadoras a partir da percepção das unidades de fiscalização
- Aperfeiçoamento do sistema de avaliação das ações educativas e orientadoras
- Definição da comissão do concurso público
- Realização de concurso público
- Estudo de impacto orçamentário das nomeações dos servidores concursados
- Mapear as competências exigidas em cada unidade administrativa do TCE
- Definir a distribuição dos servidores pela necessidade de cada unidade administrativa
- Elaborar projeto de Curso de Formação para os servidores concursados



Presidente Adélia Sales recebe técnicos do TCM-RJ

Uma equipe do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, formada por Carlos Augusto Werneck de Carvalho, coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas e Alexandre Angeli Cosme, diretor geral de Pessoal, esteve em Natal nos dias 1 e 2 de junho para conhecer o Planejamento Estratégico do TCE-RN, elaborado no ano passado e, atualmente, em fase de execução.

Eles foram recepcionados pela presidente do TCE, Adélia Sales e pelos técnicos Gláucio Torquato e Ricardo Barbosa, que integram o Escritório de Planejamento e Gestão, órgão responsável pelo acompanhamento das ações. Os técnicos da Corte de Contas carioca vieram acatando sugestão do Tribunal de Contas da União - TCU, que aponta o trabalho realizado no Rio Grande do Norte como referência.

"Vimos conhecer a experiência do Rio Grande do Norte, que realizou o seu planejamento estratégico com orientação do TCU, sem o suporte de uma empresa de consultoria, o que representa uma considerável economia de custos", explicou Carlos Augusto, afirmando que pretendem implementar processo semelhante no Rio de Janeiro. "Até agosto, vamos realizar um encontro no Rio, com a participação de técnicos do TCU e do TCE-RN, para darmos continuidade ao processo", enfatizou.

PLANO DE AÇÃO

O Planejamento Estratégico do TCE foi elaborado a partir da colaboração de 40 servidores, em reuniões de trabalho, sob a orientação dos técnicos do TCE. Com o mapa estratégico definido, foram realizadas reuniões e debates em todos os setores,

em seguida foi lançada uma cartilha com a proposta para este ano, definido o Plano Geral de Execução para 2009, a partir da definição de duas diretrizes do Plano Estratégico: 1) ampliar ações educativas e orientadoras e 2) atrair competências por meio de concurso público. Em ambas, foram apontadas várias ações a serem executadas pelos diversos setores.

O Plano de Ação para 2009 foi repassado para todos os setores, através de apresentações seguidas de discussões, inclusive com a definição de responsabilidades e definição de prazos de execução. "O Escritório pretende implantar a cultura de gestão por projetos. O primeiro que estamos analisando é de modernização da DAP. Após a análise, as sugestões são encaminhadas para a presidência, que define pela implementação ou não da nova proposta", enfatizou Gláucio.

A espera do tempo

Alguém, um dia disse: "O tempo não espera por ninguém". E pensando nisso, façamos uma reflexão do que somos para construção desse tempo, principalmente quando, num dia de sol qualquer, reencontramos alguém que havia pertencido a um passado, distante há 40 anos. Do encontro: lembranças do tempo, lembranças do coração, detalhes apagados por um, vivos pelo outro; época dos flertes, da fabricação dos castelos de sentimentos - como se pudéssemos determinar as cenas que iríamos viver; dos sentimentos perdidos nas lágrimas derramadas; e, a passagem para a adolescência, depois para a maturidade e a brusca imposição da responsabilidade...

Calçados no livre arbítrio, a vida de cada um tomou rumos divergentes. De um permanece a transparência dos sentimentos: na alegria plena da vida; no entusiasmo em unir uma equipe na realização de um trabalho; no desprendimento em ajudar os outros; no reunir os muitos amigos que lhe foi permitido ter e celebrar a vida. Do outro se formou a disciplina constrita: na moderação em falar dos sentimentos - como fosse violação sentir; na carência estampada nos olhos; na ética e na determinação em que conduz o trabalho; no prazer da rotina dos exercícios físicos; na sutileza do beijo no rosto.

É o destino, a vontade Divina, o acaso ou outra chance? Não sabemos....

Então, o que devemos fazer desse tempo?. Construir novos castelos? Usufruir o sentimento eclodido? ...

A única certeza é: façamos do presente algo representativo para o futuro, para que quando a saudade do tempo chegar, essa seja alegre, daquelas que o sorriso brota do canto da boca simplesmente, sem esforço, com a convicção de que não houve arrependimentos, sejam os ditos ou os feitos, pois a essência do momento é de cada um, ÚNICA, entretanto se puder ser compartilhada a dois, será a plenitude de que "o tempo espera, SIM, por cada um de nós".

Teresa Cristina
Diretora da Secretaria das Sessões do TCE/RN

